



Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano
Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
Lei Estadual – N.º 7.273/2002

**ATA DA 3.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA
DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CEDCA/ PB**

OK

Em onze de abril do ano de dois mil e dezessete, as quatorze horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões da Casa dos Conselhos, na Praça Dom Adauto, n.º 58 - centro João Pessoa/PB, realizou-se a 3ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança do Adolescente - CEDCA/PB. Se fizeram presentes Maria Madalena (Secretaria do Desenvolvimento Humano), Thayse Tamar e Antonio Manoel da Silva Neto (Secretaria da Educação e Cultura), Ana Maria Targino (Secretaria de Saúde do Estado), Maria Aparecida Sarinho (FUNDAC), Luiz Nunes C. Neto (Comissão de Defesa da Cidadania da Criança e do Adolescente da Assembléia Legislativa), Alzineide Barbosa (Aldeias SOS da Paraíba), Marileide Felinto Pereira (Associação Comunitária Nova Vida - ACNV), Josiana Francisca da Silva (Associação Irmãos de Padre Mazza), Katiana Cavalcante dos Santos (Ação Arquidiocesana - ASA), Ednalva da Silva Nascimento (Centro de Formação Educativa Comunitário - CEFEC), Dimas Gomes da Silva (Casa Pequeno Davi), Jania Paula de Carvalho Gomes (Congregação Holística da Paraíba - Escola Viva Olho do Tempo), Waleska Ramalho Ribeiro (Secretaria do Desenvolvimento Humano), Cristina França Melo (Secretaria do Desenvolvimento Humano/ AEPETI) e Manfredo Estevam Rosenstock (Defensoria Pública do Estado). A presidente Maria Madalena iniciou a reunião dando boas vindas a todos os presentes e fazendo a leitura da pauta, em seguida foi feita a leitura da ata anterior que após lida e aprovado foi assinada por todos os presentes. Dando seguimento a presidente informou da presença de um representante da defensoria pública, nesse mesmo momento o defensor Manfredo se posicionou relatando sobre sua atuação em outros âmbitos e a importância de se fazer presente na reunião do CEDCA, em seguida Ana Targino interveio argumentando a presença e importância de um representante da defensoria para participar das discussões e das problemáticas colocadas. Dando continuidade a Presidente informou da presença de Cristina, coordenadora das ações estratégicas do Peti, que veio abordar sobre a temática do trabalho infantil em eventos e mega eventos no estado da Paraíba, tendo como intuito a discussão e criação de uma resolução onde as prefeituras ao liberarem a licença para as vendas nas festas fosse colocado clausulas proibindo a contratação de adolescentes e a permanência dos próprios filhos dos vendedores naquele ambiente. Nesse momento foi aberta uma discussão em torno do assunto abordado, havendo a intervenção de vários conselheiros. Cristina citou o exemplo do PETI de campina grande , sobre o monitoramento e a proibição dessas crianças participarem dos eventos no parque do povo,o Conselheiro Dimas aproveitou o ensejo e citou sobre a ação realizada em campina grande pela prefeitura nesse evento, informando que a mesma



Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano
Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
Lei Estadual – N.º 7.273/2002

montou estandes com atividades lúdicas para receber as crianças , enquanto os pais trabalham no evento. A conselheira Ana interveio e falou de uma aliança que foi feita há anos atrás com o selo UNICEF, onde na experiência foi realizado um mapeamento com 13 municípios com o intuito de fazer um levantamento no período dos grandes eventos sobre as crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, porém não teve continuidade por falta de recursos, a mesma sugeriu que esse trabalho fosse retomado e regulamentado. Os conselheiros debateram sobre o assunto e logo em seguida o defensor Manfredo entrou na questão falando sobre a pobreza do nosso país que é gritante e exemplificou alguns casos relacionados a temática e falou da atuação do Ministério Público nesse segmento. Mais uma vez o Conselheiro Dimas se posicionou falando que a resolução serve de ferramenta de orientação para os municípios, mais precisamente para os conselhos municipais, e que a mesma não tem a intenção de punir a família e sim de orientar, logo em seguida a conselheira Katiana falou do poder público não trabalhar com a prevenção, citando como exemplo as crianças que trabalham na feira de Tibiri, citou que a elaboração da resolução seria pertinente, porém questionou em relação a fiscalização, de que forma seria feita. A conselheira Tayse falou da sua preocupação enquanto mãe e colocou seu pensamento em relação a resolução que estava sendo debatida. Logo o defensor público citou o CEDCA como agente multiplicador e a presidente Madalena colocou em votação a resolução, onde a maioria optou pela elaboração, existindo apenas uma obtenção da conselheira Ana Targino. Assim sendo o teor da resolução será encaminhada para o setor jurídico para sua elaboração. A Presidente Madalena agradeceu a presença de Cristina e deu continuidade a pauta da reunião informando da presença de Valeska que é da Proteção Especial e da Diretoria dos Direitos humanos da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Humano, que veio apresentar o planejamento das medidas socioeducativas para 2017, a representante falou da municipalização das medidas socioeducativas, do plano Sinase que é de responsabilidade dos municípios, como também da câmara técnica da CIBI que tem como propósito discutir e elaborar um protocolo de gestão para discutir a aproximação do sistema de garantia de direitos e do Ministério Público. Colocou também a necessidade de realizar um grande evento nessa área e informou que hoje no Estado existem 26 CREAS regionais que cobrem os 223 municípios, colocou também em discussão as medidas socioeducativas em meio aberto, logo a conselheira Ana falou sobre as medidas em meio aberto e informou que precisa ser fortalecido urgentemente, porque não adianta só construir instrumentos e não executar. Dando continuidade a conselheira Katiane tratou sobre a descentralização das medidas socioeducativas para os municípios gerando um certo inchaço, ainda colocou que a medida socioeducativa no meio aberto deveria ser a menina dos olhos do Estado. A conselheira Maria Aparecida referiu-se ao órgão gestor, a importância de garantir aos municípios novos espaços para o fortalecimento dos CREAS, tratou da importância de dialogar meio aberto e meio fechado. A Presidente Madalena quando se refere ao órgão gestor informou que a secretaria está avaliando e discutindo sobre o assunto,



Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano
Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
Lei Estadual – N.º 7.273/2002

não existindo um posicionamento concluso, informou também que o Estado da Paraíba é referência com 26 CREAS regionais em relação aos demais estados. A representante Valeska convidou um conselheiro do CEDCA como membro convidado para participar da Câmara técnica e o fortalecimento junto ao Ministério Público. Nesse mesmo instante a presidente indagou ao colegiado se gostariam de fazer mais alguma pergunta a Valeska, não tendo a presidente agradeceu a representante da SEDH. Dando seguimento foi tratada a questão da eleição da diretoria do CEDCA, sendo assim foi colocada em votação e de forma unânime a diretoria ficou formada por Maria Madalena como Presidente da SEDH, Josiana Francisca como Vice Presidente das Irmãs de Pe Mazza e Alzineide Barbosa como Secretária Executiva da Aldeias SOS da Paraíba. O conselheiro Dimas interveio falando da recondução dessa mesma equipe até o mês de dezembro/2017. Seguindo a pauta foi apresentado o relatório anual de 2016 e a presidente colocou sua angústia em relação a ausência de grande parte dos conselheiros na formação que aconteceu dia 30/03/2017, porém informou que foi bem produtiva com a minoria que se fez presente. Sendo assim ficou acordado de enviar email com a programação das formações que acontecerão nos outros meses. Foi informado que foram feitas adaptações no edital 01/2017 e será encaminhado para publicação no diário oficial. A Presidente prosseguiu falando sobre o monitoramento nas unidades de proteção e socioeducação do estado, deu ênfase a importância de visitar essas unidades para obter retorno, logo a conselheira Ana Targino informou que o GT/SINASE formou-se uma comissão para monitoramento nas unidades de proteção e a presidente sugeriu que a comissão de políticas públicas elabore um calendário para realizar o monitoramento nessas unidades. Sobre o orçamento democrático Ana informou da necessidade de um representante e a mesma se dispôs. Em seguida foi discutido a lei do CEDCA, sendo que a de 2015 foi publicada não tendo paridade, a presidente apresentou ao colegiado uma instituição não governamental para a continuidade da Assembléia Legislativa nesse conselho ou a sua retirada. Foi votado pela permanência da mesma e informado que a instituição que se encontra na lista de suplência (CEMAR) fará parte do colegiado. Dando continuidade a Presidente informou a justificativa da ausência do Sr Vitor, representante do CONANDA na formação dos conselheiros, tratou também da reiteração junto aos municípios no que se trata da solicitação do mapeamento dos planos, para assim da retorno a REMAR. Foi informado dos eventos que acontecerão nos próximos dias como o Curso de saúde mental e inclusão social que acontecerá no dia 20 e 21 de maio de 2017; Criança não e de rua (campanha nacional de enfrentamento a situação de moradia nas ruas de crianças e adolescentes) no dia 26/04/2017 representado pela presidente Madalena; Reunião no auditório do PROCON sobre o comitê estadual de acompanhamento e fiscalização do Programa Identidade Jovem no dia 11 de maio que será representado pelas conselheiras Ana Targino e Maria Aparecida; Encontro Estadual com conselheiros tutelares para discutir o PPCAM dia 20 de abril no centro de formação dos professores em mangabeira. Foi solicitado do FEPETI informações sobre o Plano de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e o Plano Decenal dos Direitos

Ana Targino
S. P. S.
[Signature]

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano
Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
Lei Estadual – N.º 7.273/2002

Humanos de Crianças e Adolescentes. Nesse momento o Conselheiro Luiz Nunes sugeriu uma audiência pública para discutir sobre os planos estaduais. Após isso foi informado pela presidente de uma denúncia recebida pelo CMDCA de Caapora sobre a não atuação do conselho tutelar, e após a leitura da denuncia ficou acordado desse colegiado enviar ofício orientando o CMDCA - Caaporã a oficializar junto ao Ministério Público. Assim sendo, a presidente encerrou a reunião e agradeceu a presença de todos que se faziam presentes. Por fim, eu, **Mariana Mendes Luiz** lavrei a ata que será lida e assinada por todos os presentes.

Dimas gomes da silva

Mariana Francisca da silva.

Luiz Nunes Covilanos Neto

Sheyla R. L. R.

Amelany



**GOVERNO
DA PARAIBA**



Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano
Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
Lei Estadual – N.º 7.273/2002

FREQUÊNCIA DOS CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS

3ª Reunião Ordinária

LOCAL: CASA DOS CONSELHOS

DATA: 11/04/2017

HORA: 14:00 hs

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAIBA:

Titular: Sônia Mª Carvalho de Souza (VER ANOTAÇÃO)

Suplente: Neide Luíza Vinagre Nobre _____

SECRETARIA DE ESTADO E DESENVOLVIMENTO HUMANO:

Titular: Maria Madalena Pessoa Dias Maria Madalena Pessoa Dias

Suplente: Rayssa Barreto Maia _____

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E CULTURA:

Titular: Thayse Tamar B. Feitosa de Almeida Thayse Tamar B. Feitosa de Almeida

Suplente: Antonio Manoel da Silva Neto Antonio Manoel da Silva Neto

SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO:

Titular: Ana Maria Targino Ana Maria Targino SES

Suplente: Rachel Gonçalves de Holanda _____

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA:

Titular: Gabriela Freitas de Siqueira _____

Suplente: Sylvana Matias da Silva _____

SECRETARIA DE SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL:

Titular: Joana D'arc Aires Sampaio _____

Suplente: Mª das Graças A. de Moraes _____

**FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE ALICE
DE ALMEIDA – FUNDAC:**

Titular: Mª Aparecida Sarinho Maria Aparecida Travenco Sarinho

Suplente: Denise Miranda R. Lucena _____

**COMISSÃO DE DEFESA DA CIDADANIA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA:**

Titular: Frei Anastácio Ribeiro _____

Suplente: Luiz Nunes C. Neto Luiz Nunes C. Neto



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano
Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
Lei Estadual – N.º 7.273/2002

FREQUÊNCIA DOS CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS

3ª Reunião Ordinária

LOCAL: Casa dos Conselhos Estadual

DATA: 11/04/2017

HORA: 14:00hs

ALDEIAS SOS DA PARAIBA

Titular: Alzineide Barbosa Silva de Lima

Alzineide B. Silva

Suplente: Ana Félix do Nascimento

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA NOVA VIDA-ACNV

Titular: Betânia VieiradeMeireles

Suplente: Marileide Felinto Pereira

Marileide F. Pereira

ASSOCIAÇÃO IRMÃS DE PADRE MAZZA

Titular: Perpetua Socorro A. da Silva

Suplente: Josiana Francisca da Silva

Josiana Francisca da Silva

AÇÃO SOCIAL ARQUIDIOCESANA – ASA

Titular: Katiana Cavalcante dos Santos

Suplente: Andreza Ribeiro

Katiana Cavalcante dos Santos

CENTRO DE FORMAÇÃO EDUCATIVO COMUNITÁRIO – CEFEC

Titular: Ednalva da Silva Nascimento

Suplente: Ivanildo Rodrigues

Ednalva Silva Nascimento

CASA PEQUENO DAVI

Titular: Dimas Gomes da Silva

Suplente: ValériadeFátimaSimões

Dimas Gomes da Silva

CONGREGAÇÃO HOLÍSTICA DA PARAÍBA – ESCOLA VIVA OLHO DO TEMPO

Titular: Mª Bernadete Gonçalves

Suplente: Jania Paula de Carvalho Gomes

Jania Paula de C. Gomes

NÚCLEOESPÍRITAEUNICEWEAVER/SOLARDEJOANADEANGELIS

Titular: Elizabete S. de Oliveira

Suplente: Isis Florence S. de Oliveira

*DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO
REPRESENTANDO A DEFENSORA PÚBLICA GERAL
MAMFREDO ESTEVAM ROSENSTOCK*

[Handwritten signature]